

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.529 - PR (2019/0356707-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : SUELEN CRISTINA VIANA CORA
ADVOGADO : SUELEN CRISTINA VIANA CORA - MT0223420
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOAO REGIES DE MOURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOAO REGIES DE MOURA contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0059410-07.2019.8.16.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e art. 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 156).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva e alegando haver excesso de prazo para formação da culpa.

O Desembargador do Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar pleiteada (e-STJ fls. 31/34).

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que há excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial. Ressalta que o decreto construtivo não apresenta fundamentação idônea e que os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal não se encontram presentes. Expõe que o autuado é primário e detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Aduz, ainda, negativa de autoria.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares diversas, com a superação da Súmula n. 691/STF.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, *como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular* (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que se verifica no caso.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar o controle antecipado por este Superior Tribunal.

Seguem os motivos expostos no decreto prisional (e-STJ fls. 156/168):

[...]. Dito isso, os delitos imputados aos indiciados ostentam penas que variam de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos (artigo 33, da Lei nº 11.343/06) e de 3 (três) a 10 (dez) anos (artigo 35, da Lei nº 11.343/06). A soma dessas penas (caso considerada a prática de crime único - o que, diante da miríade de fatos investigados, não parece ser o caso - varia, por conseguinte, de 8 (oito) anos (no mínimo) para 25 (vinte e cinco) anos (no máximo). Indubitável, por conseguinte, que preenchido o requisito do artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Está presente, no caso, o fumus comissi delicti, pois há prova da materialidade do crime de tráfico de drogas (art. 33, da Lei nº 11.340/06) e, possivelmente, também do crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35, da Lei nº 11.340/06), constante dos elementos informativos carreados na presente representação e, igualmente, nas peças de investigação juntadas nos autos do pedido de quebra de sigilo de

Superior Tribunal de Justiça

comunicações telefônicas (interceptação) e de dados telefônicos e telemáticos (nº 0001998-79.2018.8.16.0186).

Os indícios de autoria são igualmente exibidos na representação da Autoridade Policial.

Anoto, por outro lado, que somente se poderia cogitar na situação de reconhecimento da ausência de autoria quando ela se mostrasse patente, livre de dúvidas, de modo que responder ao processo crime seja, por si só, uma chaga insuportável. Não é o caso dos autos.

Doravante, passo à análise da conduta individual de cada um dos representados.[...].

Por fim, reputo que, como contido no pedido ministerial de seq. 10.1, é possível e necessária, também (embora não constando isso no pedido da douta Delegada de Polícia) a prisão preventiva de João Regies Moura (conhecido como "João da Hornet" ou "João Gordo").

Como relatado pelo Parquet, desde o início das apurações e investigações, João é alvo das interceptações e mencionado como partícipe das atividades delitivas aqui objeto de análise. Veja-se que foi ele citado em negociações envolvendo Anderson Rodrigues Peruzzo, Fernando Smaniotto Ribeiro (para quem teria emprestado R\$ 3.000,00 para que ele pudesse comprar drogas), com diversas ligações, envolvendo outros investigados, em que se aponta o "Bar do Delani", seu local de labor, como ponto em que as drogas devem ser buscadas.

Há, ainda, relato e registro em que pessoa conhecida como "Baixinho" liga para Anderson Rodrigues Peruzzo, mencionando que foi "no João" (Regies de Moura) para comprar drogas, estando ele sem, indicando Anderson para essa mesma finalidade.

No mais, ressoa coincidência em demasia o fato de que vários dos investigados, diversos deles, mencionem o bar do investigado João Regies de Moura (pessoa mencionada como tendo sido procurada por usuário de drogas para compra de entorpecentes), sem que tenha ele envolvimento com a traficância.

Colou-se, ainda, trecho de conversa interceptada entre "Careca" e João Regies, em que o usuário pede para o investigado arrumar "aquele", mencionado estar em frente a seu bar. João, então, responde que chegaria em meia hora no bar. [...].

Deixar de considerar essa realidade e ignorar o que

Superior Tribunal de Justiça

aparentemente se deflui do contexto aparentemente criminoso em que envolvidos os acusados.

Cabível, outrossim, considerar que caso a prática delitiva apontada fosse esporádica, eventual, ou tivesse ingressado dentro da esfera de arrependimento de algum ou alguns dos investigados, era esperado deles que deixassem de comprar, vender, negociar, trocar, e cobrar os entorpecentes mencionados (notadamente, cocaína e maconha), e figurassem somente em um ou poucas ocasiões nos relatórios e nas interceptações.

Como se vê do relatório (profícuo e aprofundado, aliás) de seq. 7, o que se vê é situação absolutamente diversa, em que a estabilidade, a busca do lucro e da comercialização de entorpecentes são os motes que moviam e ainda movem a ação dos investigados.

Portanto, e malgrado tenham, ou não, antecedentes ou outros registros, o que se vê é que a estrutura da organização criminosa, como apontada pela douta Autoridade Policial, voltada à comercialização de entorpecentes em Ampére-PR e região, próxima à fronteira (como abaixo melhor descrito), é comportamento que possui gravidade concreta suficiente para permitir a prisão preventiva de todas as pessoas apontadas pela Delegada de Polícia.

Há notória gravidade no tráfico de drogas, seja pelos malefícios à saúde física e psíquica dos usuários, seja pelos danos sociais, tais como estímulo à violência e rompimento de vínculos relacionados. Deve-se ter em vista ainda que o crime de tráfico de drogas vem assolando há anos a região, especialmente em razão da proximidade com o Paraguai, país vizinho ao Brasil, manifestamente conhecido por ser produtor de substâncias entorpecentes.

Deveras, o uso e a disseminação das drogas tem sido hodiernamente preocupação não só das autoridades constituídas, mas de toda sociedade, que vê e sente o crescimento em progressão geométrica desse mal que atinge todas as camadas sociais, atacando especialmente jovens e adolescentes, e, ultimamente, até crianças, fazendo deles dependentes e desencadeando não só a degeneração da pessoa do usuário, mas também da sua família e da comunidade em geral, visto que o vício incontido tem sido causa da prática de inúmeros outros delitos (violência doméstica, furto, roubo etc), o que, sem dúvida, abala severamente a ordem pública, revolta a sociedade, que por sua vez exige providências severas por

Superior Tribunal de Justiça

parte do Poder Judiciário com vistas a coibir esta prática delituosa.

Assim, ao referir-se à legislação adjetiva em assegurar a ordem pública, pretendeu impedir que delinquentes pratiquem novos delitos, bem como, consoante frisado oportunamente, acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, em face da gravidade do crime e de sua repercussão, como medida de contenção da violência decorrente do comércio de drogas, que vem se alastrando de modo expressivo nesta Comarca, representado neste momento pelo expressivo número de investigados como suspeitos pela prática do referido crime. [...].

Com efeito, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

Ainda, vale lembrar que eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

